PENSAMENTO CONSERVADOR E SERVIÇO SOCIAL: desafios contemporâneos ao projeto ético-político

Aline Aparecida Justino[1]
Havana Maria Ribeiro Alves[2]

RESUMO
O presente artigo, de teor fundamentalmente teórico, objetiva investigar os desafios contemporâneos do projeto ético-político (PEP) do Serviço Social frente ao conservadorismo. Para tanto, analisa a consolidação da burguesia enquanto classe conservadora, bem como apresenta os elementos constitutivos da relação entre pensamento conservador e Serviço Social, relacionando a ofensiva conservadora com os principais desafios ao projeto ético-político do Serviço Social. De natureza qualitativa, este artigo apresenta duas partes inter-relacionadas expostas em forma de itens e realizou-se mediante pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: conservadorismo; serviço social; projeto ético-político.

This article, which has a fundamentally theoretical content, aims to investigate the contemporary challenges of the ethical-political project of Social Work in the face of conservatism. Therefore, it analyzes the consolidation of the bourgeoisie as a conservative class, as well as presents the constituent elements of the relationship between conservative thinking and social work, relating the conservative offensive with the main challenges to the ethical-political project of Social Work. Qualitative in nature, this article presents two interrelated parts exposed in the form of items and was carried out through bibliographical research.

Keywords: conservatism; social service; ethical-political project.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre conservadorismo e Serviço Social é uma temática amplamente discutida pela categoria profissional, frequentemente tema de fóruns e encontros protagonizados pela profissão. Com tal característica, a área conta com um

[1] Universidade Federal de Santa Catarina; Graduada e mestre em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina; <alinejustino@gmail.com>
[2] Universidade Federal de Santa Catarina; Graduada e mestre em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina; <havana.ribeiroo@gmail.com>

significativo número de produções teóricas acerca da referida temática. Em um contexto de recrudescimento do conservadorismo, essas produções respondem problemáticas fundamentais e, concomitantemente, lançam novas inquietações a serem problematizadas.

Com essa projeção o presente artigo almeja compreender os desafios contemporâneos do projeto ético-político (PEP) do Serviço Social frente ao conservadorismo. Nesse sentido, as principais inquietações que perpassaram o estudo são: de que forma a passagem da burguesia de *classe revolucionária* para *classe conservadora* repercute no pensamento conservador? Como se dá a relação entre pensamento conservador e Serviço Social? Quais os principais desafios do projeto ético-político do Serviço Social frente à ofensiva conservadora?

O fio condutor de resposta aos questionamentos anteriormente apresentados deu-se a partir do seguinte objetivo: investigar os desafios contemporâneos do projeto ético-político do Serviço Social frente ao conservadorismo. Desse objetivo, desdobram-se outros três; são eles: (a) analisar a consolidação da burguesia enquanto classe conservadora; (b) compreender os elementos constitutivos da relação entre pensamento conservador e Serviço Social; (c) relacionar a ofensiva conservadora com os principais desafios ao projeto ético-político.

De maneira a responder nosso problema de pesquisa e contemplar os objetivos propostos, definiu-se a utilização do método dialético, que pressupõe uma revisão e uma reflexão crítica de toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Como procedimento metodológico utilizou-se a pesquisa bibliográfica[3].

O artigo divide-se em dois momentos expostos na forma de itens, são eles: (a) pensamento conservador e Serviço Social; (b) desafios contemporâneos do projeto ético-político do Serviço Social frente à ofensiva conservadora. A exposição categorial presente nos itens a seguir visa alcançar os objetivos propostos nesse estudo, respondendo as principais inquietações que o perpassaram.

[3] Gil (1987) classifica pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa "desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". (1987, p. 71), ou seja, materiais submetidos tratamento e revisões.

2 PENSAMENTO CONSERVADOR E SERVIÇO SOCIAL

No modo de produção capitalista a classe burguesa ocupa a posição de classe politicamente e economicamente dominante, mas nem sempre foi assim. O processo pelo qual a burguesia constrói seu domínio de classe envolveu o confronto, enquanto classe revolucionária, à nobreza fundiária e a Igreja. Dito de outro modo: a burguesia esteve na vanguarda do processo que destruiu o Antigo Regime e, nesse momento histórico, o conservadorismo era contrário à perspectiva revolucionária da classe burguesa. À vista disso, o trânsito de *classe revolucionária* para *classe conservadora* operado pela burguesia é um aspecto elementar para compreensão do conservadorismo moderno.

Nesse sentido, partimos da premissa que o conservadorismo moderno "é fruto de uma situação histórico-social específica: a emergência da burguesia como classe protagonista no capitalismo." (IAMAMOTO, 2007, p 23). De antemão é necessário ponderar que:

> As primeiras manifestações do pensamento conservador se dão como respostas reacionárias à revolução francesa, responsável por iniciar a derrocada do mundo feudal e subverter desde a organização produtiva aos valores estruturantes da sociabilidade. (SANTOS, 2007, p 47).

O conservadorismo "simbolizava a rejeição do teor revolucionário da cultura burguesa que, sendo nesse momento portadora do ideário de modernidade, ameaçava a ordenação natural do mundo com seus princípios universalizantes" (SANTOS, 2007, p 48). Para fundamentar as afirmativas das autoras, é necessário apresentar o movimento pelo qual, gradativamente, o pensamento conservador deixa de se contrapor ao capitalismo e aos poucos passa a refletir a perspectiva de classe burguesa[4].

O *projeto da modernidade* foi útil a burguesia enquanto os interesses desta classe ainda eram expressões universais. Ao passo que se consolida como classe protagonista desse projeto civilizatório, tendo um projeto particular de classe

[4] Queremos ressaltar que o processo de declínio da ordem feudal e emergência da burguesia, então pertencente ao "terceiro estado", ao poder não deve ser pensada como uma passagem mecânica e automática. Não é nossa pretensão aqui fazer uma análise pormenorizada desse processo. Contudo, uma análise completa e esclarecedora do papel revolucionário da burguesia está em *O Manifesto do Partido Comunista,* de autoria de Marx e Engels. Os autores nos ajudam a decifrar a conjuntura ideopolítica dominante na época.

dominante, a burguesia vê-se compelida a "operar um giro em todas as instâncias da vida humana", uma vez que "a modernidade passa a apresentar uma ameaça" (SANTOS, 2007, p 34).

O século XIX foi marcado pelo desenvolvimento do capitalismo. A introdução progressiva da maquinaria no processo produtivo é um triunfo para a consolidação da classe burguesa, contudo a ferrenha extração de mais-valia decorrente desse processo faz eclodir uma onda de protestos que contestarão o poder político e econômico da ordem burguesa. O crescimento das rebeliões e insurreições em toda a Europa entre as décadas de 30 e 40 do século XIX desencadeiam nas revoluções de 1848 e repercutem no pensamento conservador[5] uma vez que a partir desse momento "um novo antagonismo social central está agora na ordem do dia — dois protagonistas começam a se enfrentar diretamente, a burguesia conservadora e o proletariado revolucionário" (NETTO, BRAZ; 2012, p 32).

O antagonismo crescente entre as duas grandes classes do capitalismo faz com que a burguesia, agora conservadora, busque meios de legitimar o seu domínio de classe. É no desenrolar das contradições do séc. XIX que surge o positivismo de Comte

> (...) como sustentáculo da burguesia, uma vez que as estruturas econômicas, sociais e políticas estabelecidas por essa classe precisavam, para ser perpetuadas, de um ideário, de um sistema explicativo capaz de afastar as ameaças das lutas sociais e políticas que emergiam no período, [uma vez que] (...) a filosofia positivista compreende que a sociedade pode ser estudada segundo as leis da natureza, tendo como modelo, a biologia. Nesse sentido, a sociedade possui uma ordem natural que não pode ser mudada e à qual os homens devem submeter-se. (SIMIONATO, 1999, p 80-81).

A autora argumenta que reflexões posteriores como a de Durkheim, Person e Merton (para ficarmos nos mais conhecidos) consolida o desenvolvimento da matriz positivista, que serão denominadas de estruturalismo, funcionalismo e estrutural-funcionalismo (SIMIONATO, 1999). Nesse sentido, podemos observar que todas essas vertentes se desenvolvem de uma matriz teórica maior: o positivismo. Assim, o positivismo é reflexo do abandono e do empobrecimento da razão dialética. O contexto apresentado baliza os elementos constitutivos da relação entre pensamento

[5] Lukács denomina esse período de *decadência ideológica da burguesia*. Para o(a) leitor(a) interessado(a) em aprofundar-se na temática indicamos a leitura do artigo "Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia", autoria de Ricardo Lara. *In:* R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

conservador e Serviço Social. Sabe-se que "em termos de Serviço Social o conservadorismo é constitutivo da sua trajetória" (SANTOS, 2007, p 53).

O Serviço Social emerge no cerne do conservadorismo, "como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador" (IAMAMOTO, 2007, p 19), primeiro recebe influência do pensamento conservador europeu (da França e da Bélgica, se quisermos ser mais específicos), depois – mais exatamente a partir de 1940, passa a ser influenciado pelo pensamento conservador norte-americano e a partir dessa influência, passa a incorporar a noção de comunidade[6] "como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional" (IAMAMOTO, 2007, p 24). A autora ainda destaca que, imbricado a esse processo, o princípio de solidariedade passa a ser a diretriz ordenadora das relações sociais, que por sua vez, são vistas como uma relação entre coisas[7].

Na década de 1940 o Serviço Social se profissionaliza, surgem as instituições socioassistenciais para responder a necessidade de ampliação da área interventiva do Estado, uma vez que este buscava responder as contradições que o processo de desenvolvimento do capital trazia consigo. Com isso, a intervenção do/a assistente social alinha-se frente às requisições do Estado - sintonizadas com o reformismo conservador. Esse processo amplia o suporte técnico da profissão, o que acontece sob a influência dos progressos alcançados pelas ciências sociais nos marcos do pensamento conservador (IAMAMOTO, 2013).

À vista disso, temos que:

> O conservadorismo é, portanto, um componente ídeo-teórico de peso no Serviço Social do Brasil, devendo sua presença ser debotada a movimentos mais amplos que o estrito círculo da intencionalidade profissional. Ele esteve (...) constituindo-o de forma decisiva: cauciona até hoje determinado tipo de legitimidade – aquele que trabalha pela manutenção da ordem burguesa (SANTOS, 2007, p 54).

É nesse sentido que a construção do projeto ético-político do Serviço Social, no trânsito da década de 1970 para 1980, se dá a partir de uma direção principal: a

[6] Aqui cabe ressaltar que a noção de comunidade é adotada nos moldes burgueses, ou seja, em consonância com os parâmetros da reprodução do capital.
[7] Para uma análise completa, ver a primeira parte do livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho.

crítica ao conservadorismo na profissão[8]. Face ao exposto, é importante destacar o pioneirismo da *Intenção de Ruptura* em questionar o conservadorismo, que até então era naturalizado na profissão, "era como que intrínseca, de tão arraigado a cultura profissional" (SANTOS, 2007, p 55). Cabe ressaltar que a crítica feita pela *Intenção de Ruptura* ao conservadorismo no Serviço Social não apagou os vestígios conservadores na profissão. Inclusive, a autora de *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro* expõe que este não era o objetivo da *Intenção de Ruptura.* Este movimento da categoria contribuiu para elucidar a relação entre Serviço Social e pensamento conservador na medida em que desvendou o componente intrínseco a profissionalidade do Serviço Social: a divisão sociotécnica do trabalho. Isso possibilita Santos (2007) afirmar que o conservadorismo é um dos referenciais possíveis para fundamentar o exercício profissional, porém não o único. Em suma:

> Enquanto a demanda que o sustenta existir, o conservadorismo estará presente no Serviço Social – ora mais fortalecido, ora menos, porém sempre atualizando-se para responder adequadamente às requisições que lhe são formuladas. Ela é a tendência constitutiva dessa profissionalidade, o que não quer dizer que seja a única. (SANTOS, 2011, p 58).

Por isso, mais do que buscar erradicar as influências do projeto conservador, a perspectiva *crítico-dialética* busca, sobretudo, desnudar as fragilidades desse projeto bem como "desenvolver outra legitimidade igualmente constitutiva do tecido profissional" (SANTOS, 2007, p 58).

Barroco (2015) ao apresentar a relação entre conservadorismo e Serviço Social, demarca que:

> **o conservadorismo percorre nossa trajetória profissional.** A questão é saber em que medida ele está sendo superado no processo de construção do projeto ético-político profissional direcionado à ruptura com o conservadorismo, construção que já dura mais de trinta anos. (BARROCO, 2015, p. 634, grifo nosso).

Por ser um componente que percorre a trajetória profissional do Serviço Social, o conservadorismo marcou os três códigos de ética anteriores a 1986: o código de 1947, 1965 e 1975. Esses códigos "se apoiaram nos pressupostos do neotomismo e

[8] "É claro que a denúncia ao conservadorismo do Serviço Social não surgiu repentinamente, na verdade, desde a segunda metade dos anos 60, (quando o movimento de reconceituação, que fez estremecer o Serviço Social na América Latina, deu seus primeiros passos), aquele conservadorismo já era objeto de problematização. **O trânsito dos anos 70 aos 80, porém, situou esta problematização num nível diferente na escala em que coincidiu com a crise da ditadura brasileira**." (NETTO, 2009, p. 148, grifos nossos).

do positivismo, com uma pequena alteração no CE de 1975, que incluiu uma referência ao personalismo, mantendo as demais referências tradicionais, e acentuou a herança conservadora do Serviço Social". No entanto, o contexto da sociedade brasileira na década de 1980[9] exigia uma nova ética que se comprometesse com as necessidades da classe trabalhadora. Nesse sentido, o código de ética de 1986 marcou a ruptura com o conservadorismo ao mesmo tempo que "se evidenciou como produto de um processo coletivo de deliberação e (...) se colocou como parte de um projeto profissional, articulado a um projeto de sociedade" (BARROCO; TERRA, 2012, p. 32).

No início dos anos de 1990, diante de algumas conquistas de direitos da década anterior – com destaque para a Constituição Federal de 1988 – inicia-se um processo de reformulação do Código de Ética Profissional. O código 1993,

> adota uma perspectiva ética histórica e crítica, [apoiando-se] na compreensão de que a ética se objetiva na vida social, nas relações sociais mediadas por interesses e necessidades socioeconômicas e político-ideológicas; por isso seus valores éticos também foram tratados em suas mediações políticas, sem que uma dimensão fosse subordinada à outra. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 68).

Em síntese: "as conquistas éticas de 1986 e 1993 pertencem, portanto**,** *a um processo histórico movido em condições históricas mais ou menos favoráveis à negação do conservadorismo e à afirmação de valores emancipatórios*" (BARROCO; TERRA, 2012, grifos nossos).

O Código de Ética de 1993 consiste em um dos eixos pelo qual o projeto ético-político ganha materialidade. Outros eixos pelos quais o PEP do Serviço Social se materializa são: a Lei de Regulamentação da Profissão (lei 8662/93), a qual versa sobre atribuições privativas e competências profissionais do/a assistente social; e Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, aprovadas em 1996, onde os pressupostos ético-políticos que balizam a profissão chegam à formação. Ademais:

> o projeto que se constitui com influência da tradição marxista, quando tomado como referência para os profissionais na sua radicalidade, é o único projeto, no âmbito da categoria, que se propõe a enfrentar substancialmente práticas conservadoras, iluminar um exercício profissional anticapitalista e, assim,

[9] Para uma compreensão ampla desse processo, indicamos as seguintes leituras:
NETTO, José P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
NETTO, José P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

> trazer contribuições efetivas a processos de ruptura e emancipatório. (VASCONCELOS, 2015, p 293).

À título de notas conclusivas do que nos propomos investigar nesse tópico, consideramos que “não podemos eliminar o conservadorismo de forma absoluta porque suas raízes estão além da profissão”. Mas compreendemos que podemos “aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia” (BARROCO, 2015, p. 634-635).

Diante de um cenário de recrudescimento do conservadorismo, em que o pensamento conservador maneja formas de se expandir na sociedade, devemos aprofundar sua crítica na sociedade e na profissão, uma vez que o Serviço Social deve ser compreendido no âmbito das contradições sociais, “marcando a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários” (BARROCO, 2015, p. 634).

3 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À OFENSIVA CONSERVADORA

Como vimos até aqui, o Serviço Social brasileiro vem sendo atravessado por inúmeras, grandes e complexas questões. Algumas delas são novas e vem exigindo dos/as assistentes sociais profundas reflexões e o redirecionamento de suas práticas, afinal, elas dizem respeito às novas exigências profissionais e outras demandas coladas ao exercício profissional. E outras questões, já são velhas conhecidas de nossa categoria, e dizem respeito ao seminal conservadorismo que marcou (e marca) nossa trajetória.

Vimos presenciando nos últimos tempos as tensões entre os projetos profissionais e as políticas sociais a qual executamos, além das disputas no direcionamento da profissão, debate este que, como sabemos, vêm sendo polarizado por duas grandes direções.

Segundo Iamamoto (2014) a mais representativa destas direções tem sido o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de nossas origens, resultado do encontro da profissão com a teoria social crítica e as lutas coletivas dos

trabalhadores. E de outro lado, verifica-se o ressurgimento de uma reação neoconservadora[10] (aberta ou velada) apoiada no lastro pós-moderno e da negação da sociedade de classes. A primeira perspectiva é justamente o núcleo central do projeto ético-político da profissão, que vincula o Serviço Social com a luta de classes e o projeto de emancipação dos trabalhadores. E a segunda perspectiva "(...) tem encontrado espaço para se reatualizar, apoiando-se em *mitos*, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionalistas, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade" (BARROCO, 2011, p. 210).

O Serviço Social de nosso tempo se depara com uma realidade atravessada pelas crises dos projetos societários e o *capitalismo como fim da história*; a reestruturação produtiva com vistas a escapar das sucessivas e estruturais crises do sistema capitalista, visando garantir a produção e reprodução do capital (e sua respectiva valorização do valor); a ofensiva reacionária e o fim do pacto de 1970 que – diga-se de passagem – não será refeito. Ou ainda, em outras palavras: "a crise do socialismo real no leste europeu, a reestruturação produtiva e a ascensão do neoliberalismo" (MARA, 2020, p. 545).

Importa destacar que esses dilemas são dilemas que se apresentam ao Serviço Social porque são adversidades da sociedade em que estamos inseridas e para qual nossa práxis se dirige, não são *exclusividades* da profissão. Assim, se entendemos o Serviço Social como produto da história, mas também como produto dos sujeitos que a constituem, entenderemos como estes desafios da sociedade de nosso tempo se refletem na prática profissional de nossa categoria e nos entraves à consolidação do PEP, seja do ponto de vista teórico ou do ponto de vista da prática.

> É fundamental assinalar que as transformações societárias que caracterizam [nosso tempo], vão encontrar um Serviço Social consolidado e maduro na sociedade brasileira, uma profissão com avanços e acúmulos, que, ao longo de décadas construiu, com ativa participação da categoria profissional,

[10] Como descrito no item 1: "o conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contra movimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista". (YAZBEK, 2009, p. 5). Quanto ao *neoconservadorismo*, Barroco (2011, p. 2009) acrescenta que: "o neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o *outro,* e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do *outro*: quando o *outro* é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças".

> através de suas entidades representativas um projeto ético-político profissional para o Serviço Social brasileiro, que integra valores, escolhas teóricas e interventivas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos político-organizativos, processos de debate, investigações e, sobretudo interlocução crítica com o movimento da sociedade na qual a profissão é parte e expressão (NETTO *apud* YAZBEK, 2009, p. 18).

Ao mesmo tempo, essa profissão consolidada não foge das contradições do real. Do ponto de vista teórico, "se de um lado, de fato, a tradição marxista se consolida como referencial teórico hegemônico nos cursos de graduação e pós-graduação", do ponto de vista da prática, "esta já não encontra o mesmo eco no exercício da profissão" (MARA, 2020, p. 545). Acertadamente, o autor afirma que

> a possibilidade de o profissional do Serviço Social identificar-se com um projeto societário alternativo à ordem do capital e traduzir esta identidade em linhas de intervenção profissional não depende apenas do *marco teórico de sua formação, mas principalmente da correlação de forças encontrada na luta de classes a cada período*. (MARA, 2020, p. 545, grifos nossos).

Concordamos também com Mara (2020, p. 545) quando diz que, a ascensão do neoliberalismo nos anos de 1990 combinada com a desindustrialização e a reestruturação produtiva, minaram o protagonismo da classe trabalhadora desmontando também a base social do sindicalismo combativo e a força organizativa dos trabalhadores, o que afetará profundamente a prática e a consolidação do projeto profissional. Além disso, nesse mesmo período

> consolida-se um novo trato com a Questão Social, onde as demandas voltam a se apresentar na perspectiva da refilantropização das reivindicações de classe, diante das quais exige-se do profissional a filtragem das demandas dentro das estreitas possibilidades colocadas por esta ou aquela política pública. A questão passa a ser como orientar a intervenção profissional de acordo com projetos sociais coletivos da classe trabalhadora no momento em que esta não se apresenta sequer como classe em si, ou seja, onde a própria luta de classes deixa de ter contornos mais nítidos. Cria-se, dessa forma, a sensação de uma defasagem agora não mais entre as intenções colocadas pela prática profissional, mas entre os pressupostos da teoria e a vivência da prática profissional, criando a impressão de que na prática, a teoria é outra. (MARA, 2020, p. 545).

Somado a isso, é preciso levar em consideração a captura da subjetividade dos sujeitos nesta sociabilidade do capital, que incorre de um lado em uma identificação com os pressupostos do *ethos* burguês[11] (com destaque na atualidade para a

[11] Todos os valores oriundos da sociabilidade burguesa e do *ethos* burguês, como o consumismo e a competição, se apoiam, portanto, no princípio da propriedade privada, incorporado pelos indivíduos como sinônimo da

ideologia do empreendedorismo) e do outro lado, em um cansaço generalizado que leva o corpo coletivo a questionar as possibilidades de superação e transformação dessa sociedade.

Assim, a direção hegemônica da categoria profissional ao mesmo tempo que se vê obrigada a reafirmar o direcionamento de nosso projeto coletivo[12], precisa também apreender nesse emaranhado de questões, como as tensões geradas entre nosso projeto (que é um projeto de resistência) e a base material da sociedade capitalista na qual operamos, tensionam a viabilização de nossas propostas, que não é um problema que possa ser atribuído à relação teoria *versus* prática, como os setores conservadores da profissão buscam afirmar.

Cabe assinalar ainda que uma das grandes questões do debate dos/as assistentes sociais nessa conjuntura – e que advém das relações já comentadas acima –, destina-se ao trabalho nesta sociedade. Os diversos setores da categoria buscam dar luz ao tema do trabalho alienado, bem como a precarização das condições e relações de trabalho, e como esta problemática incide diretamente sobre nosso projeto e nossa prática. Ou seja:

> (...) diz respeito ao movimento de precarização e de mudanças no mercado de trabalho dos profissionais brasileiros, localizado no quadro mais amplo de desregulamentação dos mercados de trabalho de modo geral, quadro em que se alteram as profissões, redefinem-se suas demandas, monopólios de competência e as próprias relações de trabalho. (YAZBEK, 2009, p. 18).

Segundo Iamamoto (2014) os profissionais de Serviço Social estão presentes hoje nos mais de 5.567 municípios brasileiros, principalmente por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Em cada uma das regiões os/as assistentes sociais são pressionados por questões diversas – gerais e locais –, com destaque para os municípios pequenos que sobremaneira colocam os profissionais sob aumento da precarização das condições do trabalho, além das ingerências políticas locais, que favorecem clientelismos e paternalismos de toda ordem. Para a autora, a

---

felicidade, de liberdade, de realização pessoal. É claro que os valores vão adquirindo significações de acordo com o desenvolvimento da sociedade burguesa. (BARROCO, 2011, p. 209).

[12] Ver por exemplo as campanhas do CFESS/CRESS que busca dar luz ao debate e enfrentamento do conservadorismo na profissão. Uma discussão mais elaborada sobre esse tema pode ser vista em: HORST, Claudio. Henrique. Miranda; NASCIMENTO, Clara. Martins. O enfrentamento ao conservadorismo no Serviço Social a partir das campanhas do CFESS/CRESS. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.18, nº1, 2019. Disponível em: < http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/33404>.

terceirização do trabalho[13] e o trabalho nas equipes multiprofissionais são outros dois elementos dos mais diversos desafios presentes no cotidiano da prática, haja vista que o alargamento das competências profissionais leva os trabalhadores a terem dificuldades de alcançar quais os limites e suas reais atribuições, ainda que elas estejam descritas no marco regulatório da profissão. (IAMAMOTO, 2014).

O referencial teórico adotado aponta que, muitas vezes, o profissional não consegue separar o que é da política e o que é de sua atribuição. O exercício profissional permanece colado aos objetivos da política social e os/as assistentes sociais acabam por executar a política "esquecendo" de sua formação. Por vezes os profissionais incorrem no erro de atender as exigências da instituição, convencidos de que estão atendendo às demandas do PEP, demonstrando clara dificuldade em diferenciar o que são as demandas institucionais, do que são nossos objetivos. (GUERRA, 2016).

Assim como Guerra (2016), estamos convencidas de que é neste ponto que reside um dos maiores desafios na atualidade da prática profissional. A falta de clareza de que as requisições assumidas pelos profissionais no exercício da prática, não pode ser reduzido ao *passo-a-passo* da política, uma vez que essa prática costuma reduzir a ação profissional à dimensão técnico-operativa da profissão. Sabemos também que a condição da política leva ao reforço do tecnicismo, visto que os que demandam nosso trabalho justamente buscam esse perfil sociotécnico, que separa o técnico-operativo das dimensões ético-política e teórico-metodológica da profissão. Nessas condições, nosso rico exercício profissional corre o risco de ser reduzido apenas ao conjunto de respostas instrumentais, que são importantes, mas que são reduzidas. Ou ainda nas palavras *ipsis litteris* da autora: "muitas vezes a gente pensa que está dominando o sistema, mas é ele quem está nos dominando" (sic). Importa destacar ainda que é evidente que:

> o profissional possui *uma dimensão intelectual*, mas é o próprio movimento da realidade que serve de alimento à teoria. (...) A exigência contida no

[13] Aqui situamos além da terceirização, "(...) os contratos parciais, temporários, a redução de postos de trabalho, a emergência de novos espaços de trabalho como o Terceiro Setor, a exigência de novos conhecimentos técnico-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores da competitividade e do individualismo. Não podemos esquecer que a reestruturação dos mercados de trabalho no capitalismo contemporâneo vem se fazendo via rupturas, *apartheid* e degradação humana". (YAZBEK, 2009, p. 18-19).

> método marxiano em apreender o real como totalidade é indissociável da vinculação a um projeto societário contra-hegemônico. Se a presença da tradição marxista na formação profissional traz consigo essa exigência, *a teoria não tem, por si só, condição de alterar a prática profissional*. (MARA, 2020, p. 546, grifos nossos).

Apesar disso, também é verdade que materializar o PEP passa pelas ações dos profissionais. É inegável que elas não dependem exclusivamente de nossas vontades e desejos, posto que, *fazemos história, mas não nas condições que escolhemos*, como bem já nos ensinou Marx. Porém quando adotamos estratégias para fortalecer nosso projeto profissional, também estamos fortalecendo o projeto contra-hegemônico de sociedade, ou seja, o projeto de emancipação da classe trabalhadora. E o contrário também é verdadeiro, quando assumimos estratégias de construção do projeto de emancipação humana, também estamos fortalecendo o projeto profissional crítico e combativo do Serviço Social.

Concebemos que a primeira tarefa para se avançar em nossa prática e neste projeto societário é a consciência de que somos parte da classe trabalhadora e que os limites da implementação do PEP não são limites exclusivos da profissão, mas sim, limites da organização de nosso povo na arena da luta de classes.

> Assim, considerando que o cenário atual pode ser facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão, mas entendendo também que nossa trajetória de lutas, inserida no universo de resistências da sociedade brasileira permite esse enfrentamento, quero afirmar que do ponto de vista ético-político *a busca de ruptura com o conservadorismo* no Serviço Social — princípio e objetivo que norteou (norteia) o projeto ético-político nesses [quarenta] anos — *é neste momento renovado como um grande desafio: o enfrentamento de suas novas formas ético-políticas e manifestações teórico-práticas.* (BARROCO, 2011, p. 211-212, grifos da autora).

Apesar dos desafios postos, concordamos com Guerra (2016) quando alega que o PEP possibilita aos profissionais realizar algumas competências, a saber: a) avançar na clareza de nossos objetivos profissionais; b) explicitar o que podemos fazer a curto, médio e longo prazo; c) construir estratégias e táticas que venham ao encontro dos interesses da classe trabalhadora; d) desenvolver competências que possam ir além das dimensões individuais e da responsabilização do sujeito; e) buscar estratégias comuns de atuação, coletivizando as demandas; f) desenvolver competências políticas para além do técnico-operativo (atuação junto aos movimentos sociais, articulação com sindicatos e coletivos, etc.); g) organizar a categoria

profissional para que empenhem lutas contra a precarização do trabalho; h) construir objetivos que transcendam os limites da individualidade; i) organizar a luta coletiva contra este modelo atual de sociedade, que é limitador da própria política social. Em outras palavras, *muita convicção política para buscar a superação desta sociabilidade desumanizante*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto temos que a consolidação do atual projeto ético-político do Serviço Social – que se constitui como um projeto crítico e de resistência – não aconteceu de forma ocasional, uma vez que esteve diretamente ligada ao enfrentamento e à denúncia do conservadorismo arraigado na profissão. A construção deste projeto acompanhou o avanço do movimento democrático e popular que, progressista e positivamente, pressionou a derrota da ditadura militar e lutou pela transição democrática no país.

À vista disso, a preservação e o aprofundamento deste projeto atualmente dependem, obviamente, da vontade majoritária da categoria profissional, mas também do fortalecimento dos movimentos sociais e populares frente ao projeto burguês hegemônico, que como vimos, é um projeto de caráter essencialmente conservador.

O referencial teórico analisado sinaliza que é preciso ter a consciência de que a batalha dentro do campo profissional é limitada, uma vez que ela envolve dimensões que extrapolam a profissão e se localizam no campo mais geral da luta de classes. Apesar disso, a defesa do atual projeto ético-político torna-se necessária na medida em que este aponta precisamente para o combate ideológico, ético, político e social ao plano hegemônico da burguesia mundial, colocando-se efetivamente ao lado de um projeto societário que visa à superação da exploração da classe trabalhadora.

Nesse sentido, cabe também ao conjunto profissional a luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional, fortalecendo o movimento profissional que segue na defesa da hegemonia conquistada, e que tão logo se torna ameaçada. O futuro de um Serviço Social tal como pensado nos marcos do atual projeto ético-

político não será garantido sem o recurso ao pensamento da tradição marxista e toda a herança de lutas da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria. Lucia. **Barbárie e neoconservadorismo**: os desafios do projeto ético-político. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 106, abr./jun. 2011.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BARROCO, Maria L; TERRA, Sylvia H. Código de Ética do/a Assistente Social comentado. São Paulo: Cortez, 2012.

GUERRA, Y. 1 Vídeo (54min33s). **Palestra Yolanda Guerra**. Publicado pelo canal CRESS 12a Região, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Toai_NpzGXA&ab_channel=CRESS12aRegi%C3%A3o. Acesso em: 02 de jun 2021.

IAMAMOTO, M, V. 1 Vídeo (54min33s). **Palestra com a Professora Marilda Villela Iamamoto**. Publicado pelo canal Cortez Editora, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zDOnXgCH_1Y&ab_channel=CortezEditora. Acesso em: 01 de jun 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** São Paulo: Cortez, 2007.

MARA, Eduardo. Ao sul da fenda: notas acerca da relação entre teoria e prática no Serviço Social, In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 539-547, set./dez. 2020 http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p539R

NETTO, José P. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: MOTA, et al. (orgs). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2012.

SANTOS, Joseane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATO, Ivete. **As expressões ideo-culturais da crise capitalista da atualidade.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasilia: CEAD, 1999.

VASCONCELOS, Ana M. **A/O Assistente Social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK. M, C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social, Direitos sociais e Competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.